

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA

VISAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro de 2025, as 10:00 horas pela plataforma virtual *ClickMeeting*, a empresa R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, nomeada nos autos do processo de Recuperação Judicial da empresa supracitada, tramitando perante a VARA DE FALÊNCIAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, INSOLVÊNCIA CIVIL E LITÍGIOS EMPRESARIAIS DO DISTRITO FEDERAL, sob o nº 0792704-34.2024.8.07.0016, neste ato representada pelo DR. CARLOS EDUARDO PRETTI RAMALHO deu início em CONTINUAÇÃO aos trabalhos da Assembleia Geral de Credores (AGC), instalada no dia 24/09/2025, suspensa para 13/11/2025, ocasião em que por deliberação da maioria, foi suspensa para esta data.

Os procedimentos para a realização da assembleia observaram os termos do edital de convocação disponibilizado na Imprensa Oficial, datado de 01/09/2025, cujo teor encontra-se no ID 247605918 dos autos da Recuperação Judicial.

A lista dos credores participantes do ato segue em anexo e passa a fazer parte integrante desta ata.

Para secretariar os trabalhos da assembleia, o Administrador judicial indicou a Dra. Claudia Sandrini, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 296.054.

Ato contínuo, tendo em vista a continuação independer de quórum para instalação, o Administrador Judicial encerrou o credenciamento e declarou aberto os trabalhos, passando em seguida as orientações acerca dos procedimentos assembleares, quais sejam: *(i)* devido se tratar de ato por meio virtual, em caso de queda de conexão ou instabilidades de sistema, que permaneçam todos aguardando, pois todos serão conectados novamente; *(ii)* toda a assembleia está sendo gravada e transmitida via Youtube; *(iii)* primeiramente a palavra será dada ao advogado da Recuperanda para explanação acerca do Plano de Recuperação Judicial (PRJ); *(iv)* após explanação a palavra será aberta aos credores, os quais manifestarão a sua intenção de uso da palavra por

meio do chat e, por ordem lhe será dada a oportunidade de manifestação por meio do vídeo; **(v)** eventuais ressalvas deverão ser encaminhadas até o final da assembleia para o e-mail visan@r4cempresarial.com.br, e **(vi)** sanadas todas as dúvidas será aberta a votação, a qual será por meio de vídeo, onde o credor será chamado a manifestar verbalmente ou por meio de chat, o seu voto.

Feitos os esclarecimentos o Administrador Judicial passou a palavra ao advogado da Recuperanda, DR. DANIEL LEITE para explanação acerca do Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Fazendo uso da palavra, o Dr. Daniel agradeceu a presença de todos e informou que nos últimos 90 (noventa) dias, a Recuperanda tentou formatar algo possível e exequível, porém, infelizmente não tiveram todas as informações pertinentes para apresentar uma modificação ao plano, de modo em que a votação será do plano apresentado aos autos. Ressaltou que há discussões sobre algumas contas vinculadas a outros processos e que, até o momento, não foi possível liberar os respectivos valores, permanecendo a questão em dependência de discussão em juízo. Diante disso, propôs a suspensão da Assembleia para que tenha tempo hábil para novas negociações e a possibilidade de apresentar eventual aditivo ao Plano de Recuperação Judicial.

O Administrador Judicial informou que, nos termos do artigo 56, § 9º, da Lei nº 11.101/2005, não há prazo disponível para a possibilidade de suspensão da Assembleia, por já ter sido atingido o limite máximo de 90 (noventa) dias, exceto na hipótese de existir decisão judicial autorizando expressamente a suspensão.

Ato contínuo, o patrono da Recuperanda solicitou a suspensão dos trabalhos pelo prazo de 60 (sessenta) minutos, com a finalidade de despachar com o Juízo acerca da possibilidade de propor a votação de nova suspensão da presente Assembleia, para continuar as tratativas e apresentar eventual aditivo ao plano.

Atendendo ao pedido da Recuperanda, o Administrador Judicial suspendeu os trabalhos pelo prazo de 60 minutos, em caráter excepcional, exclusivamente para possibilitar a análise, pelo juízo, do pedido de dilação do prazo legal.

Retomando os trabalhos, às 11:10 o Administrador Judicial passou a palavra ao advogado da Recuperanda.

Fazendo uso da palavra, o Dr. Daniel informou que protocolou pedido de suspensão junto ao Juízo, contudo ainda não conseguiu despachar com o juiz, razão pela qual manifestou a necessidade de nova suspensão dos trabalhos pelo prazo de 60 (sessenta) minutos.

Ato contínuo, o Administrador Judicial questionou se a Recuperanda preferia que os trabalhos fossem retomados às 14h, a fim de possibilitar o tempo necessário para deliberar com o Juízo acerca da dilação do prazo legal de suspensão.

Em resposta, o patrono da Recuperanda concordou com a sugestão.

Ato contínuo, o Administrador Judicial declarou suspensos os trabalhos até as 14h (quatorze horas).

Retomando os trabalhos, às 14h o Administrador Judicial passou a palavra ao advogado da Recuperanda.

Fazendo uso da palavra, o Dr. Daniel informou que o pedido de liminar formulado nos autos pela Recuperanda encontra-se concluso na mesa do Juízo desde as 13h30, aguardando despacho e a expedição de decisão.

Fazendo uso da palavra, o Administrador Judicial questionou se a Recuperanda teria interesse na suspensão dos trabalhos pelo prazo de 1 (uma) hora e ressaltou que esta seria a última autorização de suspensão da Assembleia, e que estava sendo permitida exclusivamente para que o juízo analisasse o pedido para superação dos 90 dias previsto no art. 56, § 9º.

Em resposta, o patrono da Recuperanda expressou interesse na suspensão por 1 (uma) hora.

Ato contínuo, o Administrador Judicial declarou suspenso os trabalhos pelo prazo de 1 (uma hora), reforçando que a suspensão acontece exclusivamente para que o magistrado possa analisar a possibilidade de superação dos 90 dias.

Retomando os trabalhos, o Administrador Judicial informou a todos sobre decisão proferida nos autos da Recuperação judicial no ID 260572160, que considerou a AGC soberana para deliberar sobre o tema, como segue;

(...)

Diante disso, deixo de analisar o pedido de suspensão da Assembleia Geral de Credores, porquanto a competência para deliberar sobre tal matéria, nas circunstâncias do caso concreto, é da própria Assembleia, nos termos do art. 35, I, f, da Lei nº 11.101/2005.

(...)

Após, passou a palavra ao patrono da Recuperanda.

Fazendo uso da palavra, o Dr. Daniel informou que esse também é o entendimento das Recuperandas, manifestando-se no sentido de prosseguir com a suspensão dos trabalhos até o dia 28/01/2025, pelo prazo aproximado de 40 dias, o qual entende ser suficiente para a finalização das tratativas em andamento.

Após as considerações feitas pela Recuperanda, o Administrador Judicial franqueou a palavra aos credores. Não houve nenhuma manifestação.

Ato contínuo, não havendo nenhum credor interessado em fazer uso da palavra, o administrador Judicial submeteu o pedido de suspensão para o dia 28/01/2026 a votação entre os presentes, obtendo o seguinte resultado:

- Do total da base de votação presente de 04 credores que perfazem o total de R\$15.848.949,27, votaram favoravelmente a suspensão 03 credores que perfazem o total de R\$15.742.807,78, o que equivale a aprovação por 99,33% dos créditos presentes.

Após apuração o Administrador Judicial informou aos presentes que a sugestão de suspensão foi aprovada para a continuação desta assembleia em 28 de janeiro de 2026, na mesma plataforma e horário.

Informou ainda a Administradora Judicial que na continuação dos trabalhos a serem realizados no dia 28/01/2026, poderão participar somente os credores presentes na instalação.

Finalizando os trabalhos, o Administrador Judicial solicitou a leitura da ata pela equipe de assessoria, a qual foi aprovada por unanimidade entre os presentes.

Pelo Administrador Judicial foram convidados os credores abaixo para aprovarem por meio de chat, sua concordância com os termos desta ata.

R4C Administração Judicial Ltda

Dr. Carlos Eduardo Pretti Ramalho

Advogado da Recuperanda

Dr. Daniel Leite - (de acordo – chat) - ok

Secretária

Claudia Sandrini

Credor CLASSE I – SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA DO DISTRITO FEDERAL

Dr. Florismar Vilarindo de Araujo - (de acordo – chat) - ok

Credor CLASSE I – FABIO GEROLDINI - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Dr. Fabio Rodrigo Geroldini– (de acordo – chat) - ok

Credor CLASSE III – ITAÚ UNIBANCO S.A

Dra. Beatriz Grosso Gonçalves Coelho - (de acordo – chat) - ok

Credor CLASSE III – BRB BANCO DE BRASILIA S.A

Dr. Bruno Sérgio Rodrigues Soares- (de acordo – chat) - ok

VISAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Assembleia Geral de Credores (AGC) Continuação - 18/12/2025

Quadro Resumo - Quórum	nº de Credores	Crédito Total por Classe (2º Lista)	Habilitações		Quórum		(-) Abstenções		Base para Votação		Desaprovação		Aprovação	
			Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor	Credor	Valor
Credores Classe I (Trabalhistas)	243	11.672.473,64	3	9.125.118,87	2	8.909.220,75	-	-	2	8.909.220,75	-	-	2	8.909.220,75
	100,0%	100,00%	1,23%	78,18%	0,8%	76,33%			100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Credores Classe III (Quirografários)	14	10.873.398,64	3	8.052.415,92	2	6.939.728,52	-	-	2	6.939.728,52	1	106.141,49	1	6.833.587,03
	100,0%	100,00%	21,43%	74,06%	14,3%	63,82%			100,00%	100,00%	50,00%	1,53%	50,00%	98,47%
Total Geral de Credores	259	22.759.195,65	6	17.177.534,80	4	15.848.949,27	-	-	4	15.848.949,27	1	106.141,49	3	15.742.807,78
	100,0%	100,0%	2,32%	75,48%	1,5%	69,64%			100,00%	100,00%	25,00%	0,67%	75,00%	99,33%



Credor	Classificação do Crédito	Valor R\$	Procurador	Habilitação	Presença	Voto
FABIO GEROLDINI - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	CLASSE I	R\$ 416.000,00	Fabio Rodrigo Geroldini	S	S	S
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEG E VIG DO DF	CLASSE I	R\$ 8.493.220,75	Florismar Vilarindo de Araujo	S	S	S
BRB BANCO DE BRASILIA SA	CLASSE III	R\$ 6.833.587,03	Bruno Sérgio Rodrigues Soares	S	S	S
ITAU UNIBANCO S.A.	CLASSE III	R\$ 106.141,49	Beatriz Grosso Gonçalves Coelho	S	S	N
Total	classe	15.848.949,27	-	S	S	S